

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 PARA PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA DA  
REDE DE VITORIA-ES - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC**

*\* Edital em conformidade com a minuta padronizada e disponibilizada pelo Ministério da Cultura.*

O Município de Vitória, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Semc) e do Fundo Municipal de Cultura (FunCultura), torna público o presente edital para desenvolvimento da rede de pontos de cultura de Vitória/ES, por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), na Lei municipal 5.155/2000 e suas alterações (cria e dispõe sobre o Fundo Municipal de Cultura), bem como no Decreto Municipal nº 10.703/2000 (Regulamenta o Fundo Municipal de Cultura).

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federais repassadas pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para se inscrever. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.

## 1. DA FINALIDADE

**1.1.** Este Edital tem por objeto a **premiação de 21 (vinte e um) projetos, iniciativas, atividades ou ações de Pontos de Cultura da rede de Vitória**, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada por:

- I. Pontos de Cultura;
- II. Entidades sem fins lucrativos (com CNPJ) e coletivos informais (sem CNPJ) que ainda não são certificadas como Pontos de Cultura, mas que têm características de Pontos de Cultura a serem certificadas por meio deste edital (desde que atendam aos requisitos previstos no **item 3**).

**1.2.** De acordo com a Lei Cultura Viva, **Pontos de Cultura** são “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades”;

**1.3.** O prêmio possui **natureza jurídica de doação sem encargo**, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, **sem estabelecimento de obrigações futuras**, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza o art. 41 do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

**1.4.** Desse total de premiações, serão destinadas:

- I. 05 premiações para pessoas negras;
- II. 02 premiações para pessoas indígenas;
- III. 01 premiação para pessoa com deficiência.

**1.5.** Do total de premiações, 06 delas serão destinadas a entidades e coletivos com trajetória declarada e comprovadamente ligadas às culturas populares e tradicionais, podendo ser compostas junto às vagas destinadas às cotas.

## 2. RECURSOS

**2.1.** Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao município de Vitória por meio da PNAB, e tem o valor total de **R\$610.558,70 (seiscentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos)**, para a premiação de **até 21 (vinte e uma) entidades e/ou coletivos**, no valor de **R\$29.074,22 (vinte e nove mil e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** cada prêmio, podendo o valor sofrer aumento, no caso do item 2.5.

**2.2.** O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por **peessoas físicas** terá **obrigatoriamente a retenção na fonte do valor do Imposto de Renda correspondente à alíquota**, na data do pagamento, conforme determina o Manual do Imposto sobre a renda Retido na Fonte - MAFON, sendo o valor líquido a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente indicada no Formulário de Inscrição.

**2.3.** O valor do prêmio concedido às **peessoas jurídicas** não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo da entidade, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.

**2.4.** Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este **edital poderá ser suplementado**, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as **vagas podem ser ampliadas** para contemplar mais inscrições.

**2.5.** Em caso de **não alcance do número mínimo de contemplados(as)**, diante da obrigatoriedade de repasse dos recursos destinados ao fortalecimento da Pncv, o restante será **redistribuído** entre os selecionados, respeitando o limite legal no **máximo de R\$60.000,00 (sessenta mil reais)** para entidades com constituição jurídica e de **R\$30.000,00 (trinta mil reais)** para coletivos informais - segundo a IN nº 12/2024, que regulamenta a PNCV.

**2.6.** Os recursos serão oriundos do Fundo Municipal de Cultura - Unidade Orçamentária: 21.02.00 - Fundo Municipal de Cultura; Classificação Funcional: 13.392.0021.2108 - Fundo Municipal de Cultura (FunCultura);

Elementos de Despesas 3.3.90.31.01; e Fonte 1.500.0000.0000 e/ou 2.500.0000.0000 e/ou 2.719.0591.000, para os exercícios de 2024 e 2025, podendo haver prorrogação.

**2.7.** Somente poderão receber recursos os proponentes inscritos que estiverem em situação regular frente ao Município, aí incluídos os pagamentos de impostos e taxas devidas, bem como a prestação de contas relativas a projetos culturais realizados com recursos do Poder Público Municipal ou do FunCultura, conforme estabelecido no Art. 8º do Decreto 10.703/2000.

### 3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA

**3.1.** O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura.

**3.2.** Como já indicado, podem participar deste edital entidades e coletivos ainda não certificados como Ponto de Cultura. Para participarem e serem certificadas por meio deste Edital, tais entidades e coletivos deverão:

- I. **Obter pontuação mínima de 50 pontos** (50% do total) dos Critérios de Avaliação (**item 9.7**), relacionado ao **histórico de atuação da entidade ou coletivo** (sem considerar possíveis pontuações adicionais de bonificações - se houver), sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio (relatório com material de comprovação das atividades), da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade ou coletivo, o que lhe caracterizará como “pré-certificada”;
- II. Atender aos **requisitos documentais** solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como “**certificada**”;
- III. **Comprovar, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais** na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações

IV. impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

**3.3.** Caso a entidade ou coletivo não seja certificada e não obtenha a **pontuação mínima necessária para pré-certificação**, conforme indicado no **item 3.2., I**, a candidatura será **desclassificada**.

**3.4** Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada como Ponto de Cultura, no Formulário de Inscrição, a **certificação será verificada pela Semc na [Plataforma Cultura Viva](#)**. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades e coletivos não certificados, **podendo, ou não, ser certificado como Ponto de Cultura por meio deste Edital** (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).

**3.5.** Este edital não certificará novos coletivos e entidades como Pontões de Cultura. Caso o coletivo ou entidade participante não seja, anteriormente, certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste edital.

**3.6.** A Semc enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério, após a fase de Habilitação, a **relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital**, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

**3.7.** A **emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura**, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital por parte da Semc, **não compromete o possível recebimento da premiação**.

#### 4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL

**4.1.** Poderão participar deste edital:

- I. **Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura com constituição jurídica**, ou seja, com CNPJ (aqui tratados, também, como entidades culturais);
- II. **Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura sem constituição jurídica**, ou seja, sem CNPJ (aqui tratados, também, como coletivos culturais);

- III. **Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos** (com CNPJ - aqui tratados,
- IV. também, como entidades culturais) que desenvolvam e articulem **atividades culturais em suas comunidades** e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, **desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional**, conforme item 3 deste edital;
- V. **Coletivos informais** (sem constituição jurídica), representados por pessoas físicas, que **desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades** e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, **desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional**, conforme item 3 deste edital.

**4.1.1.** Em todos os casos, é necessário que as entidades e coletivos comprovem, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

## 5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL

### 5.1. Não podem participar do presente Edital:

- I. Coletivos informais representados por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;
- II. Pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
- III. Instituições privadas com fins lucrativos;
- IV. Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
- V. Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);

- VI.** Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
- VII.** Instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);
- VIII.** Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais:
  - a)** Que não possuam comprovada experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local;
  - b)** Que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
    - i.** Agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
    - ii.** Servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
    - iii.** Membro do Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas da União (Auditores e Conselheiros), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
- IX.** Partidos políticos e suas instituições;
- X.** Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e
- XI.** Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.



**XII.** Proponentes que estejam em situação irregular perante o município de Vitória, incluindo prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, também não poderão acessar o recurso previsto no presente edital, e serão inabilitados.

**5.2.1.** É vedada a submissão de mais de uma inscrição por proponente, sendo considerada apenas a última inscrita para fins de seleção.

**5.2.2.** Membros de entidades e coletivos que integrem o Conselho Municipal de Política Cultural poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 5.1.

**5.2.3.** A participação de membros de entidades e coletivos em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

## **6. ETAPA DE INSCRIÇÃO**

**6.1.** As inscrições serão gratuitas e realizadas, exclusivamente, pela internet, através da plataforma <https://mapa.cultura.es.gov.br/oportunidade/1756>, no período de **15 (quinze) dias**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de publicação deste chamamento no Diário Oficial do Município, podendo haver prorrogação. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo.

**6.2.** A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

**I. Formulário de Inscrição;**

**II. Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural ou coletivo há pelo menos 2 (dois) anos no município de Vitória, por meio de portfólio** contendo informações sobre as ações da entidade ou coletivo cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas;



entre outros. É importante que pelo menos 1 (uma) comprovação indique data anterior a 2 (dois) anos em relação à publicação deste edital (ou seja, anterior a setembro de 2022). Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade ou coletivo. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação (**Anexo 2**);

III. **"Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural" (Anexo 4), em caso de candidatura como "grupo/coletivo cultural"**, preenchida, assinada (de forma eletrônica, de próprio punho ou com a impressão digital) por todos os membros do grupo/coletivo cultural que indicarem a pessoa física representante e assinarem a Declaração;

IV. **Autodeclarações das pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas ou pessoas com deficiência**, conforme modelos constantes nos **Anexos 07 e 08**, quando a entidade ou coletivo optar por concorrer às cotas. As autodeclarações deverão ser das pessoas:

- a) do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição (no caso de entidades com constituição jurídica); ou
- b) integrantes do coletivo informal;

V. **Outros documentos que a proponente julgar necessário** para auxiliar na avaliação da inscrição.

**6.3.** Poderão enviar o Formulário de Inscrição (**Anexo 3**) de forma oral as pessoas candidatas que necessitarem, que integrem grupos vulnerabilizados, seguindo as perguntas previstas no formulário, pois serão analisadas pela Comissão de Seleção. As inscrições por meio da oralidade deverão ser enviadas da seguinte forma: [pnab@vitoria.es.gov.br](mailto:pnab@vitoria.es.gov.br).

**6.4.** A entidade ou coletivo cultural deverá se candidatar para apenas 1 (uma) categoria, de acordo com o **Anexo 1** deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, na mesma categoria ou em diferentes categorias, será considerada apenas a última inscrição enviada para análise.

**6.5.** As entidades ou coletivos que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.

**6.6.** A Semc não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, em problemas decorrentes do Mapa Cultural caso houver sistema digital.

**6.7.** Ao se inscrever, a entidade ou coletivo cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 13.018/2022 (Política Nacional de Cultura Viva - PNCV), da Instrução Normativa MinC nº 08/2016 e Instrução Normativa MinC nº 12/2024 (regulamentam PNCV), da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

## **7. COTAS**

**7.1.** Ficam garantidas, conforme descrito no **anexo 1**, cotas em todas as categorias deste edital para:

- I. pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;
- II. pessoas indígenas: 10% (dez por cento) das vagas;
- III. pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas;

**7.2.** As cotas serão destinadas:

- I. às entidades (com CNPJ) que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
- II. para os coletivos informais (sem CNPJ) que sejam compostos majoritariamente (cinquenta por cento mais um) por pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

**7.3.** As pessoas físicas que compõem a direção da entidade ou o coletivo informal proponente devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital, inclusive quanto ao procedimento de heteroidentificação.

**7.4.** As entidades e coletivos culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

**7.5.** As entidades e coletivos culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

**7.6.** Em caso de desistência de entidades e coletivos optantes selecionadas nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade ou coletivo que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

**7.7.** No caso de não existirem inscrições aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de premiações restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

**7.8.** Caso não haja entidades e coletivos culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

**7.9.** Deverão ser premiadas, no mínimo, 30% (trinta por cento) de inscrições apresentadas por entidades e coletivos com trajetória declarada e comprovadamente ligadas às culturas populares e tradicionais. Este percentual pode ser composto junto às vagas destinadas às cotas.

**7.10.** Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

## 8. ETAPAS DE ANÁLISE

8.1. As inscrições apresentadas serão analisadas em duas etapas:

**1. Etapa de Seleção** - onde as candidaturas serão avaliadas, pontuadas e ranqueadas, sendo definidas quais entidades e coletivos serão ou não selecionadas; pré-certificadas ou não certificadas, conforme critérios definidos neste edital. Esta etapa será realizada por comissão de seleção específica, designada por meio de portaria emitida pelo Secretário de Cultura;

**2. Etapa de Habilitação** - será realizada pela Semc, onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisadas somente as candidaturas que, após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que as coloque em condição de ser Selecionadas; e/ou Pré-Certificadas, considerando os critérios de distribuição e remanejamento dos recursos previsto neste edital.

## 9. ETAPA DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

9.1. Na etapa de seleção, serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:

**I** - Entendem-se por entidades e coletivos culturais **SELECIONADOS** aqueles inscritos que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no **Anexo 1**, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro **do Anexo 2**.

**II** - Entendem-se por entidades e coletivos culturais **SUPLENTEs** aqueles inscritos que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do **Anexo 2**, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.

**III** - Entendem-se por entidades e coletivos culturais **PRÉ-CERTIFICADOS** aqueles que, anteriormente à inscrição neste Edital, não eram certificados pelo Ministério da Cultura, e que, independentemente de serem selecionados ou não, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, relacionados à atuação cultural, segundo regras e critérios descritos no **item 3**.

**9.2.** A Seleção das candidaturas inscritas neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção paritária (ou seja, metade do Poder Executivo e metade da sociedade civil), definida pela/o Secretário Municipal de Cultura, com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber.

**9.3.** Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:

- I.** Tenham interesse pessoal na premiação de participante deste Edital;
- II.** Tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
- III.** Tenham participado de entidade ou coletivo inscrito neste Edital nos últimos 2 (dois) anos;
- IV.** Estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

**9.4.** As proibições previstas no item se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.

**9.5.** A Comissão de Seleção vai avaliar as candidaturas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do **Anexo 2** deste Edital.

**9.6.** Caso a entidade ou o coletivo cultural não seja certificado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o **item 3**, ainda assim a inscrição será avaliada, com publicação da sua pontuação.

**9.7.** A pontuação máxima de cada candidatura é de **até 120 pontos**. Para ser certificada, a entidade precisará alcançar a pontuação mínima de **50 (cinquenta) pontos**, nos seguintes quesitos, independentemente da pontuação do item “s”:

	ITENS	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS			PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM
		Não Atende	Atende Parcialmente	Atende Plenamente	
	A partir do portfólio, do formulário de inscrição e demais materiais enviados, e considerando os objetivos de Pontos de Cultura definidos na Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014, art. 6º, I), analisar se a entidade ou coletivo cultural atende aos seguintes critérios:				100 pontos
a)	Representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.	0	5	10	
b)	Promove, amplia e garante a criação e a produção artística e cultural.	0	2	3	
c)	Incentiva a preservação da cultura brasileira.	0	2	3	
d)	Estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural.	0	1	2	
e)	Aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais.	0	2	3	
f)	Promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais.	0	2	3	

g)	Garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.	0	2	3
h)	Assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais.	0	2	4
i)	Contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades.	0	5	10
j)	Promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade.	0	3	5
k)	Estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação.	0	3	5
l)	Adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.	0	3	5
m)	Fomenta as economias solidária e criativa.	0	2	4
n)	Protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias.	0	3	5
o)	Apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais.	0	3	5
p)	Realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade.	0	5	10
q)	As ações da entidade/coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da PNCV, por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada.	0	5	10
r)	A entidade possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a PNCV.	0	5	10



PONTUAÇÃO EXTRA			
s)	O projeto, ação ou produto cultural apresenta destinação para a realização em áreas periféricas e/ou territórios e regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social, conforme dados emitidos pelo Cadastro Único (CadÚnico), e com menor índice do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)).	0 ou 20	

**9.8.** Cada candidatura será analisada por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão de Seleção (no mínimo, por um da sociedade civil), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.

**9.9.** Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

- I. maior pontuação nos critérios previstos no Anexo 2 (“Avaliação da atuação da entidade cultural”), do “a” ao “r”, nesta ordem;
- II. maior tempo de atividades culturais comprovadas na inscrição;
- III. mediante sorteio.

**9.10.** Será desclassificada a candidatura que:

- I. não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito **no item 6;**
- II. apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;
- III. não tenha pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos na Etapa de Seleção.

**9.11.** O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no Diário Oficial do Município ([diariooficial.vitoria.es.gov.br](http://diariooficial.vitoria.es.gov.br)) e na página eletrônica dos Editais da Cultura (<https://vitoria.es.gov.br/editais-semc>) sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

**9.12.** Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, que deve ser apresentado por meio de email para o endereço [pnab@vitoria.es.gov.br](mailto:pnab@vitoria.es.gov.br), com o ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO - EDITAL 002/2024 – PREMIAÇÃO PONTOS DE CULTURA, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

**9.13.** Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

**9.14.** A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no Diário Oficial do Município ([diariooficial.vitoria.es.gov.br](http://diariooficial.vitoria.es.gov.br)) e na página eletrônica dos Editais da Cultura (<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/docoficial/?tp=template3&c=78>), sendo de total responsabilidade do(a) proponente acompanhar a atualização dessas informações.

## **10. ETAPA DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** A Etapa de Habilitação é eliminatória, inicia-se com a publicação do resultado final da Etapa de Seleção e será realizada por uma Comissão Técnica que conferirá se a documentação complementar obedece às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos neste Edital.

**10.2.** Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades e os coletivos SELECIONADOS e as entidades e coletivos PRÉ-CERTIFICADOS deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de **05 dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção**, por meio do Mapa Cultural:

**I.** Para as entidades e coletivos **SELECIONADOS**:

- a) Cópia do Estatuto Social atualizado (em caso de entidade);

- b) Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada (em caso de entidade);
- c) Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada (em caso de entidade);
- d) Cópia do documento de identificação, do CPF e do comprovante de residência no município de Vitória da pessoa candidata, de representante do grupo/coletivo cultural ou responsável legal pela instituição privada sem fins lucrativos;
- e) Em caso de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, enviar cópia do RG e CPF dos membros do grupo/coletivo cultural que indicaram a pessoa física representante e assinaram a “Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural” (Anexo 4) na Fase de Seleção;

**II. Para as entidades e coletivos PRÉ-CERTIFICADOS, a fim de certificação do Ponto de Cultura:**

- a) **Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura** (e-mail recebido ao enviar o cadastro), sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/cadastro-nacional-de-pontos-e-pontoes-de-cultura-passo-a-passo>
- b) **Cópia do Estatuto Social atualizado, no caso de entidade cultural (com CNPJ)**, visando a identificar se a entidade não se enquadra nas vedações previstas no **Art. 9º da Instrução Normativa MinC nº 08 de 2016** e se tem natureza ou finalidade cultural;

**10.2.1.** Comprovação de endereço no Município de Vitória, que poderá ser realizada por meio da apresentação de contas relativas à residência ou à sede da instituição cultural.

**10.2.1.1.** A comprovação de endereço poderá ser dispensada nas hipóteses de Pontos de Cultura:

- a) pertencentes a povos ou comunidades indígenas, quilombolas, ciganas ou circenses;
- b) pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
- c) que se encontrem em situação de rua.

**10.2.2.** A Semc consultará, ainda, a ficha do CNPJ das entidades culturais, visando a verificar se estas encontram-se ativas (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).

**10.2.3.** A Semc poderá solicitar documentação adicional, caso necessário.

**10.2.4.** O proponente deverá consultar a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária de modo a resolver eventuais pendências e problemas.

**10.3.** Será permitida a substituição de representante, desde que conte com a decisão de, no mínimo, a maioria (ou seja, cinquenta por cento mais um) de integrantes do coletivo, sendo a decisão devidamente registrada em nova “Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural”, na fase de habilitação, no prazo para envio de documentação prevista **no item 10.2.**

**10.4.** Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência dispostos no **item 11** deste Edital.

**10.5.** Serão inabilitadas as candidaturas que não forem apresentadas na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital, e incidirem nos seguintes casos:

- I. entregarem os documentos fora do período de habilitação;
- II. não apresentarem os documentos exigidos **no item 10.2** deste Edital; e
- III. se enquadrarem nas vedações previstas neste Edital.

**10.6.** O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial do Município ([diariooficial.vitoria.es.gov.br](http://diariooficial.vitoria.es.gov.br)) e/ou na página eletrônica dos Editais da Cultura (<https://vitoria.es.gov.br/editais-semc>).

**10.7.** Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso destinado à Semc, que deve ser apresentado por meio endereço [pnab@vitoria.es.gov.br](mailto:pnab@vitoria.es.gov.br), com o ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO - EDITAL 002/2024 – PREMIAÇÃO PONTOS DE CULTURA, no prazo de 03 dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

**10.8.** O resultado final da Etapa de Habilitação será homologado pelo Secretário Municipal de Cultural e publicado no respectivo Diário Oficial do Município ([diariooficial.vitoria.es.gov.br](http://diariooficial.vitoria.es.gov.br)) e/ou na página eletrônica dos Editais da Cultura (<https://vitoria.es.gov.br/editais-semc>).

## **11. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS**

**11.1.** Após a conclusão das etapas de análise, não havendo candidaturas classificadas para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas, obedecendo a pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas.

**11.2.** Em caso de **não alcance do número mínimo de contemplados(as)**, diante da obrigatoriedade de repasse dos recursos destinados ao fortalecimento da Pncv, o restante será **redistribuído** entre os selecionados, respeitando o limite legal no **máximo de R\$60.000,00 (sessenta mil reais)** para entidades com constituição jurídica e de **R\$30.000,00 (trinta mil reais)** para coletivos informais - segundo a IN nº 12/2024, que regulamenta a PNCV.

## **12. DA ETAPA DE PREMIAÇÃO**

**12.1.** O pagamento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

**12.2.** Na data do pagamento do prêmio, a Semc verificará a adimplência da pessoa candidata, para a emissão da Ordem Bancária, no que segue: Com o Município de Vitória, o Estado do Espírito Santo, a União, a justiça do trabalho e regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (se for pessoa jurídica). Também será consultada a regularidade de eventuais prestações de contas em relação ao Município.

**12.2.1.** A Semc realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.

**12.3.** No caso de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, será conferida a adimplência, na data do pagamento, apenas da pessoa física indicada como representante na Carta de Autorização do Grupo/Coletivo Cultural (**Anexo 6**).

**12.4.** A Semc notificará a candidatura selecionada que apresentar situação de inadimplência, de acordo com o **item 12.2**, e a resposta deverá ser enviada no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da notificação, para resolver a sua situação.

**12.5.** A candidatura que não atender à notificação ou atendê-la parcialmente, dentro do prazo estipulado no **item 12.4**, será colocada ao final da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação, observando-se a quantidade de premiações, a distribuição de cotas e categorias definidas nos Prêmios (**Anexo 1**), a ordem decrescente de pontuação, os critérios de desempate, o prazo de vigência deste Edital e a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício vigente.

**12.6.** Não receberão recursos públicos as candidaturas que se encontrem inadimplentes.

**12.7.** Para evitar a concentração dos recursos públicos, visando a equidade, abrangência territorial e ampliação do acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais, conforme disposto no **art 1º da Lei 13.018, de 2014**, a pessoa física, grupo, coletivo ou instituições culturais sem fins lucrativos premiados não poderão receber dois ou mais Prêmios Cultura Viva, em um período de 12 meses, mesmo que selecionados em editais diferentes ou de entes federados distintos, salvo quando em um mesmo edital de premiação da PNCV, após selecionadas todas as candidaturas concorrentes que não tenham sido premiadas nos últimos 12 meses, ainda haja vagas disponíveis e candidaturas classificadas nessas condições.

**12.8.** Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou o não cumprimento das exigências do Edital por parte da candidatura selecionada, o prêmio será destinado a outra candidatura classificada, observando-se a quantidade, as categorias e as cotas, a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência deste Edital.

**12.9.** A ordem de pagamento das candidaturas ocorrerá de forma independente da ordem de classificação do resultado final da Fase de Seleção.

**12.10.** Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

**12.11.** Em caso de representante de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, o prêmio será pago em conta corrente de qualquer banco, de acordo com o Formulário de Inscrição (**Anexo 03**), tendo a pessoa candidata como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas correntes de convênio ou instrumentos similares, contas-fácil ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.

**12.12.** Em caso de candidatura como “entidade”, o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular, de acordo com o Formulário de Inscrição (**Anexo 03**). Para tanto, não poderá ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

**12.13.** A Semc não se responsabilizará por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas premiadas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** O prazo de vigência deste Edital será de doze meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

**13.2.** Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a inabilitação da inscrição.



**13.3.** Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela Semc.

**13.4.** Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

**13.5.** Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade ou coletivo cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

**13.6.** A entidade ou coletivo cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

**13.7.** As candidaturas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da Semc e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

**13.8.** As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Semc e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

**13.9.** Os materiais encaminhados não serão devolvidos, cabendo ao órgão responsável pela seleção pública seu arquivamento ou destruição.

**13.10.** O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade ou coletivo cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.

**13.11.** Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à SEMC, por meio do endereço eletrônico [pnab@vitoria.es.gov.br](mailto:pnab@vitoria.es.gov.br) e contato telefônico (27) 3132-2203.

**13.12.** Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:

**ANEXO 1:** Formulário de Inscrição;

**ANEXO 2:** Portfólio;

**ANEXO 3:** Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural

**ANEXO 4:** Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial;

**ANEXO 5:** Modelo de Autodeclaração para Pessoa com Deficiência;

**ANEXO 6:** Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);

Vitória-ES, 12 de novembro de 2024

**Edu Henning**

(Eduardo Henning Louzada)  
Secretário Municipal de Cultura